

TÍTULO DO ARTIGO: OS NÍVEIS DE LITERACIA FINANCEIRA DOS JOVENS EM CABO VERDE.

Autor: Elisa Silva

Instituição: Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV)

País: Cabo Verde

E-mail institucional: elisa.silva@lusofonacv.com

RESUMO

A Educação Financeira, no início do século XXI, começou a ter importância a nível internacional, a partir de uma investigação desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Depois da crise financeira de 2008, a Educação Financeira destacou as temáticas globais para o Século XXI, mostrando o quanto as decisões individuais sobre endividamento, consumo, poupança e investimentos afetam a economia como um todo, local e globalmente. Em Cabo Verde, a educação financeira compete ao Banco de Cabo Verde (BCV), cabendo ao mesmo, no âmbito da regulação e supervisão do sistema financeiro, reforçar o grau de literacia financeira, nomeadamente através de ações de formação, divulgação, e da promoção da consciencialização pública quanto aos benefícios do planeamento financeiro. O Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), constitui a estratégia nacional para a educação financeira em Cabo Verde, cuja iniciativa é do Banco de Cabo Verde. O objetivo deste artigo científico é analisar e apresentar uma visão geral da revisão da literatura sobre a importância da literacia financeira na realidade de Cabo Verde e uma breve análise dos resultados do questionário sobre o nível de literacia financeira dos jovens em Cabo Verde (com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos), aplicado a 299 jovens, nas Escolas Secundárias e em algumas instituições do Ensino Superior existentes na ilha de São Vicente. Os resultados indicam que, os alunos investigados, de uma forma geral, apresentam, por um lado, algum conhecimento financeiro e, por outro lado, uma maior preocupação com a componente poupança e consciência financeira.

Palavras-Chave: *Literacia Financeira, Estudantes, Ensino Secundário, Ensino Superior, Consumo Consciente.*

ARTICLE TITLE: FINANCIAL LITERACY LEVELS OF YOUNG PEOPLE IN CAPE VERDE.

Author: Elisa Silva

Institution: Lusófona University of Cape Verde (ULCV)

Country: Cape Verde

Institutional email: elisa.silva@lusofonacv.com

SUMMARY

Financial Education, at the beginning of the 21st century, began to have importance at an international level, following research carried out by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). After the 2008 financial crisis, Financial Education highlighted global themes for the 21st Century, showing how much individual decisions about debt, consumption, savings and investments affect the economy as a whole, locally and globally. In Cape Verde, financial education is the responsibility of Banco de Cabo Verde (BCV), and it is up to it, within the scope of regulation and supervision of the financial system, to reinforce the level of financial literacy, namely through training, dissemination, and promoting public awareness of the benefits of financial planning. The National Financial Education Plan (PNEF) constitutes the national strategy for financial education in Cape Verde, the initiative of which is the Banco de Cabo Verde. The objective of this scientific article is to analyze and present an overview of the literature review on the importance of financial literacy in the reality of Cape Verde and a brief analysis of the results of the questionnaire on the level of financial literacy of young people in Cape Verde (aged between 12 and 25 years old), applied to 299 young people, in Secondary Schools and in some Higher Education institutions on the island of São Vicente. The results indicate that the students investigated, in general, present, on the one hand, some knowledge financial and, on the other hand, a bigger concern about the component savings and conscience financial.

Keywords: *Literacy Financial, Students, Secondary Education, Higher Education, Consumption Conscious.*

TÍTULO DO ARTIGO: OS NÍVEIS DE LITERACIA FINANCEIRA DOS JOVENS EM CABO VERDE.

1-Introdução

Considerando que, atualmente a economia mundial atravessa momentos de crise e de grande incerteza em relação à política económica e financeira e a vontade do governo de Cabo Verde, que está bem patente no Programa do Governo da Xª Legislatura 2021-2026, no qual se defende a construção de uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e sustentável com prosperidade partilhada por todos, as organizações sentem uma necessidade gradual de ter profissionais competentes para uma maior compreensão sobre estes fenómenos, o debate e a reflexão crítica sobre a Educação Financeira deverá ser fundamental, especialmente no processo de ensino e aprendizagem, do Ensino Básico ao Ensino Superior.

Historicamente, no aspeto económico, Cabo Verde tem vindo a apresentar uma situação preocupante, por ser um país com uma distribuição de recursos muito desequilibrada, onde a representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado. Por outro lado, fatores como, o desemprego, os poucos recursos naturais e financeiros, a pobreza, a dependência do exterior etc., são problemas estruturantes e complexos que precisam de ser resolvidos.

Neste contexto, é fundamental a excelência na gestão de recursos escassos por parte das pessoas e das suas respetivas famílias, ou seja, o paradigma económico/financeiro foi completamente mudado, exigindo cada vez mais de todos, um maior conhecimento sobre os produtos e os serviços que são oferecidos pelas organizações, especialmente as de natureza financeira.

Por outro lado, tendo em conta, as características do século XXI, os jovens, têm maior acesso aos produtos, serviços e instrumentos de ordem financeira do que em relação aos seus pais. Neste sentido, os jovens também precisam de desenvolver competências e habilidades mais complexas do que as das gerações anteriores, principalmente, as competências nas tecnologias de informação e comunicação, que permitem uma maior exposição dos jovens ao mercado financeiro.

Convém também realçar que, as instituições financeiras, já tomaram consciência deste nicho de mercado, por isso, têm vindo a desenvolver estratégias para atrair o público jovem através de uma comunicação mais adequada e do desenvolvimento de serviços e produtos com uma nova apelação de marketing.

Em Cabo Verde, a educação financeira compete ao Banco de Cabo Verde (BCV), ou seja, cabe ao BCV no âmbito da regulação e supervisão do sistema financeiro, reforçar o grau de literacia financeira, nomeadamente através de ações de formação, divulgação, e da promoção da consciencialização pública quanto aos benefícios do planeamento financeiro.

O Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), constitui a estratégia nacional para a educação financeira em Cabo Verde, cuja iniciativa é do Banco de Cabo Verde, tendo como deliberação, “a melhoria dos conhecimentos financeiros e dos comportamentos e atitudes dos cabo-verdianos no que concerne à gestão dos seus recursos financeiros.” (Plano Nacional de Educação Financeira, 2020, pág.3)

Neste sentido,

O Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF) decorre da manifesta necessidade de dotar o país de uma estratégia que possa fazer face às necessidades da população nesse domínio, pois ele torna viável o desenvolvimento de iniciativas de educação financeira a nível nacional, permitindo que haja uma maior abrangência territorial da atuação do Banco de Cabo Verde e instituições parceiras na implementação de ações de educação financeira, por via de uma atuação coordenada e assente nas melhores práticas internacionais. Dessa forma, o PNEF, a partir dos seus objetivos, princípios e diretrizes, serve como uma referência essencial para uma congruente e convergente atuação das entidades responsáveis pela promoção da educação financeira em Cabo Verde, no quadro da sua implementação. (Idem, Ibidem)

Por outro lado, “Por ser a promoção da educação financeira um interesse público, e devido ao cariz pedagógico da presente estratégia, cuja necessidade de implementação é contínua, o PNEF constitui uma política do Estado, de desenvolvimento a longo prazo, e se alicerça em valores como transparência, isenção, gratuitidade das suas iniciativas e gestão prudente dos recursos disponíveis.” (Idem; Ibidem)

A estrutura do PNEF, “enforma o cenário atual do sistema financeiro nacional, com referência a importantes indicadores que representam o diagnóstico de necessidades de

intervenção junto aos respetivos públicos-alvo. Para a sua cabal implementação, são enunciados os seus objetivos e princípios norteadores, além de serem identificados os temas centrais e os destinatários das iniciativas de educação financeira, especialmente os beneficiários prioritários.” (Idem; Ibidem)

É importante, destacar que,

Esta estratégia também comporta uma estrutura de governança, composta por representantes do Governo da República, de entidades reguladoras e supervisoras do sistema financeiro e de outras entidades públicas e privadas com vocação em educação financeira, e que se traduz num órgão de coordenação da execução das ações que decorrem dos planos anuais de atividades de educação financeira, ações essas que deverão ser realizadas de forma descentralizada pelas diversas entidades promotoras de iniciativas de educação financeira. (Idem:4)

O referido plano, “visando uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis e uma apropriada aferição do seu impacto, estabelece que as iniciativas de educação financeira deverão ser objeto de monitorização e avaliação de impacto contínuas, de acordo com as melhores práticas internacionais.” (Idem; Ibidem). Por outro lado, prevê também, “uma estrutura de financiamento, a qual é imprescindível para a sua implementação, e fixa como horizonte temporal de implementação, 4 anos (2021 – 2024).” (Idem; Ibidem)

Este artigo científico insere-se no âmbito de um projeto Europeu, financiado pelo programa Erasmus+ Portugal denominado Finances4Youth (F4Y), e desenvolve-se no âmbito de uma parceria entre a ETACADEMY, de Leiria (Portugal), a Universidade de Oradea (Roménia) e a Universidade Lusófona de Cabo Verde (Cabo Verde).

O presente artigo científico, analisa e apresenta uma visão geral da revisão da literatura sobre a importância da literacia financeira na realidade de Cabo Verde e uma breve análise dos resultados do questionário sobre o nível de literacia financeira dos jovens em Cabo Verde (com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos), aplicado nas Escolas Secundárias e em algumas instituições do Ensino Superior existentes na ilha de São Vicente.

Este trabalho está dividido em quatro partes: na 1ª parte, apresenta-se uma análise reflexiva sobre a importância da Educação financeira no contexto atual; na 2ª parte, apresenta-se uma visão geral da educação financeira em Cabo Verde; na 3ª parte, aborda-

se uma breve análise dos resultados do questionário sobre o nível de literacia financeira dos jovens em Cabo Verde, e na 4ª parte, apresenta-se as considerações finais.

2- A importância da Educação Financeira no contexto atual

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2015) a educação financeira consiste,

No processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (Recomendação sobre os Princípios e Boas Práticas de Educação Conscientização Financeira). (OCDE, 2015)

Neste sentido, de acordo com a referida definição de Educação Financeira, o papel do Estado e das instituições consiste na formação de cidadãos independentes em relação às suas finanças, conscientes do seu papel como agentes financeiros individuais, responsáveis pelo seu bem-estar económico e social e atentos às suas decisões financeiras, que têm impacto na economia como um todo, local e globalmente.

Orton (2007), considera que, a educação financeira consiste no conhecimento de tópicos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, e nas medidas individuais que o indivíduo se sente capaz de tomar face aos mesmos. Neste sentido, está ligada à habilidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal e à forma como esta afeta o seu bem-estar material.

No contexto atual, a educação financeira é fundamental, considerando que, permite o desenvolvimento de competências e habilidades nos cidadãos para que possam tomar decisões adequadas e fazer uma gestão eficiente de suas finanças pessoais. Por outro lado, esta habilidade contribui para que haja uma maior integração entre cidadão e sociedade, o que lhe propicia o bem-estar.

Para Duarte (2018:3), “A importância de os indivíduos possuírem conhecimentos a nível financeiro, os benefícios que daí podem retirar e as consequências que poderão evitar por efetuarem investimentos de modo mais consciente, como o sobre-endividamento, as

burlas e a manipulação de terceiros, tornam o tema da literacia financeira muito importante, especialmente no atual contexto dos mercados mundiais.”

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2005), defende que, a educação financeira pode beneficiar a todas as pessoas, independentemente do nível de rendimento. Para os jovens que estão iniciando no mercado de trabalho, ela pode ser uma ferramenta básica de planeamento e poupança de modo que as suas despesas e dívidas fiquem controladas. Por outro lado, pode ainda ajudar as famílias a terem a disciplina de poupar, dando-lhes a oportunidade de terem melhores condições para financiar a educação dos filhos, terem um plano de saúde e uma vida mais confortável. Os trabalhadores com mais anos de serviço, também podem ser beneficiados de forma que sejam capazes de ter uma poupança suficiente para ter uma boa reforma, terem as habilidades essenciais para fazerem excelentes escolhas de investimentos, garantindo fundamentalmente o seu conforto e segurança.

Pinheiro (2008), refere que, a OCDE, também defende que, o governo e as suas instituições públicas têm um papel fundamental na educação financeira dos cidadãos, através de campanhas públicas e coordenação dos seus parceiros em prol dessa educação.

Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), defendem que, o objetivo essencial da educação financeira é tornar os cidadãos mais felizes, por isso, é que atualmente, a maioria das instituições públicas e privadas têm a tendência em reconhecer a importância de educar financeiramente os seus cidadãos.

A educação financeira, de uma forma geral, apresenta uma dimensão processual, dinâmica e permanente, influenciada por fenômenos sociais, económicos, culturais e históricos, além de ser considerada pela maioria dos investigadores, como algo que transforma a ordem social, considerando que, permite acesso e manipulação da informação. (Soares, 2016)

Neste sentido, seguindo a ideia de Lusardi (2017:8), podemos afirmar que “o investimento em educação financeira não é uma opção dos governos, mas sim, uma necessidade de conhecimento para o século XXI”.

Segundo Pregardier (2015), quando se insere hábitos práticos e saudáveis é possível contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, quando se inclui atividades ligadas ao tema da Educação Financeira, desde o início do Ensino básico, é muito provável que os estudantes adquiram hábitos económico-financeiros para praticar na sua vida pessoal e social.

Por outro lado, a educação financeira, para além de facilitar a forma como as pessoas administram as suas riquezas, permite também alterar comportamentos inadequados relacionados com a gestão do dinheiro. Assim, podemos afirmar que, a educação financeira é fundamental, especialmente, nas escolas do ensino básico ao secundário, considerando que, o que as crianças e jovens aprendem neste período escolar, tem impactos junto à família, influenciando de uma forma positiva, os pais e familiares com esses princípios (Domingos, 2022).

Nesta mesma ordem de ideias, Cardoso (2022:7), refere que, “As escolas que tiveram experiências com Educação Financeira em seus currículos, relatam uma influência positiva não apenas em alunos (que aos poucos, vão apresentando mudanças de hábito e consumo) como também, nos próprios pais, já que algumas atividades envolvem exercícios com a família.”

Neste sentido, considerando as características do contexto atual, podemos afirmar que, de uma forma geral, o desenvolvimento do bem-estar económico da sociedade, depende também, da forma como os cidadãos são educados financeiramente, no sentido de adquirirem conhecimentos e competências de como administrar eficazmente e com responsabilidade os seus próprios recursos financeiros (Kistermann Jr; Xisto, 2022)

Portanto, atualmente, é fundamental a promoção da educação financeira nos cidadãos, com o objetivo de minimizar o impacto negativo que a falta de conhecimentos neste domínio pode provocar, não apenas na sua estabilidade financeira e nos seus projetos de vida, mas também, no desenvolvimento económico de qualquer país.

3-Educação financeira em Cabo Verde

A par da crise económica de 2008, a disseminação pelo mundo do novo Coronavírus SARS-CoV-2 (agente causador da doença COVID-19), está a ter um impacto na economia e na sociedade de proporção nunca dantes vista, a nível global. Em Cabo Verde, a pandemia da COVID-19 está a gerar, nomeadamente, o aumento do desemprego e a redução da capacidade económico-financeira de famílias, além da pobreza. Assim, esta crise económica originou um conjunto de problemas sociais, que demandam a formulação de políticas e projetos de educação financeira adequados para mitigar os seus efeitos e aumentar a resiliência financeira, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis da população. (Plano Nacional de Educação Financeira, BCV, 2020, pág.5)

Neste sentido, tal como acontece noutros países, a necessidade da promoção da educação financeira também é necessária em Cabo Verde,

sendo decisiva para o aumento dos níveis de educação, inclusão e literacia financeiras, de modo a contornar o atual quadro que se caracteriza, em certa medida, pela carência de informação e de formação financeira, e da necessidade de adoção de atitudes e comportamentos financeiros mais conscientes e adequados por parte da população cabo-verdiana, conforme se identifica em diversos indicadores, especialmente os relativos ao sistema financeiro. (Idem, pág. 6)

Por outro lado, segundo o referido Plano, torna-se fundamental “a diminuição dos níveis de exclusão financeira, através do aumento do acesso da população a produtos e serviços financeiros ou pela criação de soluções regulatórias e/ou tecnológicas alternativas aos produtos e serviços tradicionais. (Idem, Ibidem)

O referido PNEF, considera ainda que,

A educação financeira auxilia as pessoas na planificação e gestão dos seus rendimentos financeiros e tem um papel relevante na interação dos indivíduos com o setor financeiro, considerando que os seus mercados estão cada vez mais complexos e com uma maior variedade de produtos e serviços financeiros que são oferecidos pelas instituições financeiras. Devido ao maior acesso a esses produtos e serviços, e à complexidade e riscos mais acentuados que alguns desses produtos apresentam, é necessário que os consumidores disponham de informação, além de conhecimentos e habilidades que sirvam de suporte às suas decisões de consumo. (Idem, Ibidem)

A realização em 2015 do primeiro Inquérito à Literacia Financeira (ILF) da população adulta ativa em Cabo Verde (de 20 a 65 anos, total de 6.628 inquiridos), promovida pelo Banco de Cabo Verde (BCV), demonstra claramente a importância que tem sido atribuída à promoção da Educação Financeira no referido país,

encarada, por um lado, como instrumento de diagnóstico que referencia o nível de literacia financeira da população alvo, permitindo analisar comportamentos, atitudes e conhecimentos dos cidadãos face às questões financeiras, e, por outro lado, como componente que reforça as medidas de regulação e supervisão do sistema financeiro. Este diagnóstico permitirá, em última instância, orientar com maior precisão a elaboração de estratégias de formação financeira, essenciais à garantia da estabilidade do sistema financeiro, e condição necessária ao desenvolvimento sustentado da economia nacional. (Banco de Cabo Verde, 2016:6. 1º Inquérito à Literacia Financeira da População Adulta Ativa Cabo Verde - Relatório Final)

O referido Inquérito, apresentou os seguintes resultados:

- **Nível de inclusão financeira** - 36% dos inquiridos afirmaram que nunca tiveram conta bancária. Cerca de 40% de indivíduos que têm conta bancária, movimentam-na com frequência, mas, não possuem qualquer outro produto financeiro. Cerca de 10% utilizam o sistema bancário de forma ativa;

- **Hábitos de gestão da conta bancária** – dentre os inquiridos, 49% não sabe, ou sabe muito vagamente, o saldo da sua conta e, 25% assumiram que não liam os extratos bancários; cerca de 64% não conhecem as comissões cobradas pelos bancos pela manutenção das suas contas, principalmente os menos instruídos, 79%;

- **Planeamento das despesas** – cerca de 91% dos inquiridos consideram importante, ou, até mesmo muito importante planejar o orçamento familiar e apenas 9% consideram pouco importante ou nada importante. No entanto, cerca 55% planeiam com uma periodicidade mensal, 45% costuma poupar e destes 1 a 2% o faz numa perspetiva de longo prazo; cerca de 53% afirmam que não poupam, destes, 82% aponta como principal razão o baixo nível de rendimento, enquanto que 6% não consideram a poupança como uma prioridade;

- **Escolha e conhecimento das fontes de informações** – cerca de 71% dos entrevistados com contas bancárias, gostariam de ter mais informações relativamente às contas de depósito. Cerca de 11% dos entrevistados têm preferência por mais informações sobre o crédito à habitação;

- **Escolha de produtos financeiros** – apenas cerca de 6% dos inquiridos referem como razão principal para a escolha de um produto financeiro a comparação entre produtos, tanto no mesmo banco, como entre os outros bancos; cerca de 22% dos inquiridos que detêm créditos não conhecem a taxa de juro associada e, cerca de 9% dos entrevistados não lêem a informação prestada pelas instituições;

- **Compreensão financeira** – cerca de metade dos inquiridos têm uma compreensão financeira fraca, revelando um conhecimento financeiro insuficiente para a toma de decisão de uma forma consciente. (PNEF, págs. 9 a 10)

Em relação ao nível de endividamento e crédito malparado, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Cabo Verde (2018), “o crédito às empresas não financeiras e aos particulares junto do setor bancário registou um aumento na ordem de 2,6% em 2018 face ao ano anterior (4,3% em 2017), fixando-se em 62,3% do PIB (menos 2,5 e 2,6 pontos percentuais que, respetivamente, em 2017 e face à média dos últimos cinco anos).”

Relativamente às reclamações e pedidos de informação, constituem indicadores importantes para se apurar as carências de formação financeira, principalmente em relação aos consumidores financeiros. Segundo o PNEF (2020:11), “Os mais recentes

relatórios, de reclamações e de supervisão comportamental (2017 e 2018) do Banco de Cabo Verde informam que a matéria mais reclamada no setor bancário é a categoria contas de depósitos, por ser a categoria que abrange o maior número de assuntos ligados a uma conta de depósito, ou seja, depósitos a prazo, cobranças indevidas, alterações contratuais, cativos e bloqueio de contas entre outros.”

De acordo com o PNEF (2020, pág. 8), os referidos resultados, “evidenciam insuficiências e lacunas da população no que diz respeito à forma como gere os seus recursos financeiros e à tomada de decisões de consumo, sem informação ou com informação incompleta.” Considera ainda que, os mesmos, “demonstram que fatores sociais, culturais e económicos têm peso na forma como os indivíduos se relacionam com o dinheiro e determinam, em certa medida, o nível de acesso ao sistema financeiro, em geral, e o nível de utilização de produtos e serviços financeiros, em especial.” (Idem, págs. 8 e 9)

Neste sentido, o referido PNEF (2020: 8), considera que,

A necessidade do desenvolvimento de iniciativas de educação financeira à escala nacional resulta, essencialmente, das atitudes e comportamento da população no que se refere à gestão dos seus recursos financeiros e da complexidade dos produtos e serviços financeiros oferecidos nos mercados do setor financeiro. Essa necessidade é identificada a partir de indicadores, nomeadamente, relativos aos seguintes temas: planeamento financeiro, poupança, inclusão financeira, níveis de endividamento e reclamações e pedidos de informação de consumidores financeiros.

Baseando-se na definição de Educação Financeira, defendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2005), o BCV, considera que,

A materialização do que esse conceito de educação financeira encerra, numa escala nacional, requer o desenvolvimento de uma estratégia que, sob uma liderança, integre entidades públicas, privadas e representativas da sociedade civil com vocação para a promoção da educação financeira. Com base em determinadas linhas orientadoras, princípios e objetivos definidos nessa mesma estratégia, essas instituições devem desenvolver e implementar, de forma descentralizada, sucessiva e consistente, mas de modo coordenado, iniciativas de educação financeira ajustadas às necessidades dos vários segmentos da população. (PNEF-Idem, pág.7)

Neste sentido, de acordo com o PNEF,

A Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de abril consagra, dentre vários objetivos da regulação e supervisão do sistema financeiro, a promoção da literacia financeira da população, e determina que ao Banco

de Cabo Verde (BCV), na qualidade de regulador e supervisor do sistema financeiro cabo-verdiano, compete o reforço do grau da literacia financeira, nomeadamente através da condução de ações de formação e de conscientização quanto aos benefícios do planeamento financeiro e quanto às vantagens e riscos específicos de certos produtos e operações financeiras. A instituição por lei de tal responsabilidade denota a importância que o Estado atribui à promoção da educação financeira, por assumi-la como um interesse público que deve ser prosseguido. (Idem, pág. 7)

O referido PNEF, considera também que,

sem prejuízo da responsabilidade do BCV nesse domínio, para a conceção de uma política ampla de promoção de educação financeira, e para a sua execução a longo prazo, em Cabo Verde, é necessário, todavia, o estabelecimento de parcerias com outras entidades, porquanto a melhoria da educação e literacia financeiras da população terá de se concretizar através de um processo contínuo de formação e sensibilização/conscientização dos respetivos beneficiários, no quadro de um Plano. (Idem, págs. 7 e 8)

Relativamente ao desenvolvimento da presente estratégia nacional de educação financeira, o PNEF, refere que,

terá um impacto positivo para a sociedade, especialmente por visar o bem-estar socioeconómico dos indivíduos, promover a sua cidadania financeira, além de perspetivar a mitigação de desigualdades sociais. Assim, o PNEF é um instrumento que tem um papel relevante no crescimento e desenvolvimento económico do país e contribui significativamente para um sistema financeiro mais inclusivo, sólido e eficaz. (Idem, pág.8)

Neste sentido, em relação ao horizonte temporal, o PNEF,

tem um horizonte temporal de implementação de 4 (quatro) anos, isto é, de 2021 a 2024. A partir deste instrumento estratégico, a implementação será definida de acordo com os sucessivos Planos de Atividades de Educação Financeira, anuais, que fixam, entre outros aspetos, as diversas ações de educação financeira, as áreas de atuação e destinatários abrangidos em consonância com os objetivos e princípios e diretrizes do PNEF. (PNEF, págs. 16 e 17)

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei n.º 2/2010, de 7 de maio, que foi alterada em alguns aspetos, pelo Decreto-Legislativo n.º 13/2018 de 7 de dezembro), estabelece o quadro geral do sistema educativo em Cabo Verde, que abrange os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extraescolar.

A educação escolar inclui os subsistemas do ensino básico, secundário e superior. A educação extraescolar engloba as atividades de alfabetização, de educação básica de jovens e adultos e de formação profissional. A educação pré-escolar é universal e obrigatória, como fase propedêutica, e destina-se a crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade. A universalização da educação pré-escolar implica para o Estado o dever de garantir as condições e medidas que permitam o acesso de todas as crianças à

educação pré-escolar. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, com a duração de oito anos, e compreende dois ciclos sequenciais, de quatro anos cada. Os dois últimos anos do ensino básico, constituem anos de transição para o ensino secundário e, conseqüentemente, anos de iniciação da orientação escolar, vocacional e profissional que faculte a opção de formação subsequente. O ensino secundário tem um ciclo único de quatro anos, do 9º ao 12º ano de escolaridade, e estrutura-se em duas vias alternativas, via geral e via técnica. No final do ensino secundário, o aluno pode prosseguir os estudos superiores, ou ainda seguir um curso de formação profissional, inicial ou complementar.

Através da análise dos planos de estudos do ensino básico formal (1º ao 8º ano de escolaridade) e do ensino secundário formal (9º ao 12º ano de escolaridade), constatamos que, em Cabo Verde, a educação financeira, ainda não está inserida no currículo formal do sistema educativo, tal como foram definidos alguns princípios e recomendações pela OCDE (2005), para a boa prática da educação financeira.

No entanto, convém referir que, existe no ensino secundário (11º e 12º anos) uma área científica designada Económico e Social, que capacita os estudantes para as questões relacionadas com a economia e as finanças, mas prepara-os essencialmente, para a continuação dos estudos superiores na referida área científica.

Neste contexto, torna-se necessário, realçar que, a Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, definiu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para um mundo mais sustentável, que todos os países deverão alcançar, tendo em vista, o desenvolvimento económico, social e ambiental, a erradicação da pobreza e da desigualdade ao nível mundial. Neste sentido, exige uma participação colaborativa entre pessoas, instituições (públicas e privadas), Governos e Estados. Cabo Verde assume os ODS como uma oportunidade de transformação e desenvolvimento nas áreas subjacentes a cada um.

Dos 17 ODS, destacamos quatro, considerando o tema deste trabalho: ODS1 (Erradicar a pobreza), ODS04 (Educação de qualidade), ODS12 (Produção e Consumo Sustentável) e ODS13 (Ação climática).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Report, 2023¹), Cabo Verde, encontra-se na posição 89 de 166 países e em relação ao ODS1, os desafios significativos permanecem, a pontuação está a melhorar moderadamente, mas ainda é insuficiente para alcançar a meta. Por outro lado, relativamente ao ODS4, os desafios significativos também permanecem e a pontuação estagnada ou aumentando em menos de 50% da taxa exigida. Em relação ao ODS12, o referido Relatório, considera que, em Cabo Verde, a informação é indisponível e as informações de tendência estão indisponíveis. No entanto, em relação ao ODS13, Cabo Verde é o país que apresenta maior concretização do ODS13, com quase 100%.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), relativamente ao futuro de Cabo Verde, é necessário que exista um alinhamento entre o Programa do Governo da Xª Legislatura com a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde e consequentemente com os ODS,

O Programa do Governo da Xª Legislatura está alinhado com a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde e assim com os ODS. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) operacionaliza o Programa do Governo e o primeiro ciclo da Cabo Verde Ambição 2030 e assim os ODS e assegura o alinhamento com a Agenda Africa 2063 e Samoa Pathway. Os Planos Estratégicos Setoriais asseguram o alinhamento temático com as principais agendas e compromissos internacionais e valorizam as melhores práticas. (PEDS II, pág. 27)

Considerando as características sociais, económicas e culturais do contexto atual, é urgente e fundamental um debate aberto a nível nacional sobre esta temática, com o envolvimento e participação das entidades responsáveis pelas políticas educativa, económica e financeira em Cabo Verde, no sentido de inserir a educação financeira no currículo formal do sistema educativo, desde o ensino básico ao ensino secundário. Convém realçar que, foi uma das recomendações defendidas no Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), elaborado pelo Banco de Cabo Verde (BCV), em 2020, visto que, o primeiro grupo prioritário identificado, para as iniciativas de Educação Financeira, foram precisamente as Escolas, como se refere no mesmo,

¹ O Relatório de Desenvolvimento Sustentável (antigo Índice e Painéis ODS) é uma avaliação global do progresso dos países no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É um complemento aos indicadores oficiais dos ODS e às revisões nacionais voluntárias.

Considerando as melhores práticas internacionais de educação financeira, têm importância primária no PNEF as crianças e jovens integrados no sistema educacional formal, isto é, nos ensinamentos pré-escolar, básico e médio. A educação financeira para esse público-alvo é fundamental, porque a carência de educação financeira é um problema geracional, exigindo, por consequência, iniciativas que efetivamente possam modificar hábitos e comportamentos enraizados, cuja mudança se verificará a longo prazo. Assim, perspectiva-se a transmissão de conhecimentos e valores, especialmente tangentes ao planejamento financeiro, à disciplina no consumo e ao sistema financeiro, o que certamente refletirá positivamente no futuro de crianças e jovens. (PNEF, 2020:24).

Em relação à introdução de conteúdos de educação financeira no plano curricular das escolas, o referido Plano, defende que, “é prioritária e a sua efetivação deverá ser com o apoio do Ministério da Educação. Pretende-se que os diversos temas de educação financeira sejam introduzidos nos vários níveis de ensino, preferencialmente em disciplinas já existentes. Tal permitirá que a assunção do compromisso com a educação financeira nas escolas seja maior.” (Idem, Ibidem).

Ainda relativamente à formação dos professores nesta área, o PNEF, considera que,

os professores deverão ser formados em matéria de educação financeira, para que possam lecionar esses conteúdos aos estudantes, bem como desenvolver materiais de suporte às aulas. Os materiais e conteúdos de educação financeira devem, na medida do possível, ser concebidos de forma contextualizada, ou seja, de acordo com a realidade local, em virtude das diferenças socioeconómica e cultural das diversas regiões e localidades do país. (Idem:25).

No sentido de viabilizar a inserção da educação financeira nas escolas, o PNEF, defende também que, “deverá ser desenvolvida uma campanha nacional de sensibilização sobre a importância da educação financeira destinada às direções das escolas, professores, pais/encarregados de educação e estudantes.” (Idem, Ibidem)

No PNEF, o segundo grupo prioritário identificado, para as iniciativas de Educação Financeira, foram as Universidades, mas, refere que, a educação financeira para os estudantes universitários deve ser diferente, em relação às Escolas, pois de acordo com o mesmo,

A educação financeira destinada aos estudantes universitários é diferenciada da destinada às escolas, mormente por se caracterizar por um grau maior de complexidade. Para este grupo, deverão ser introduzidos conteúdos de educação financeira nos seus cursos e, sem prejuízo de conteúdos relativos ao planejamento financeiro, a sua formação deverá versar sobre matérias ligadas ao sistema financeiro, tais como, funcionamento do sistema financeiro, características de produtos e serviços financeiros, crédito, seguros e investimento. As iniciativas de educação

financeira para estudantes universitários materializar-se-ão através de palestras, workshops, conferências, ações formativas, peças teatrais, desdobráveis, brochuras e outras. (Idem, Ibidem)

4-Breve análise dos resultados do questionário sobre a literacia financeira dos estudantes cabo-verdianos

Nesta parte do artigo, o objetivo é fazer uma breve análise dos resultados do questionário sobre o nível de literacia financeira dos jovens em Cabo Verde (com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos), aplicado a 299 jovens, nas Escolas Secundárias e em algumas instituições do Ensino Superior existentes na ilha de São Vicente, tendo como base, o documento sobre os resultados preliminares em relação às competências da literacia financeira, publicado em 27 de março de 2024, no âmbito de um projeto Europeu, financiado pelo Programa Erasmus+ Portugal, designado **Finances 4Youth/F4Y**².

Caracterização dos inquiridos/amostra de Cabo Verde

O estudo contou com a participação de 323 jovens de Cabo Verde (CV), todos estudantes do Ensino Secundário e Universitário. Depois da aplicação do critério de participação, 24 inquiridos foram excluídos do estudo por terem mais de 25 anos de idade (Cabo Verde $n = 24$).

Deste processo resultaram 299 casos válidos, correspondendo a 28,0% da amostra, de acordo com a tabela 1, onde são evidentes as frequências absolutas e relativas .

Tabela 1. País

		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
válido	Cabo Verde	299	28,0	28,0	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

² Diogo, Ana (2024). Financial Literacy Skills. Preliminary Results. Síntese – Quantitative analysis of data on financial literacy of Portuguese Romanian and Cape Verdean Sttudents.

De acordo com a tabela 2, na amostra de Cabo Verde (299 estudantes), em relação ao género, tem 162 raparigas, 134 rapazes e três não binários (correspondendo, respetivamente, a 54,2%, 44,8% e 1,0% da amostra de Cabo Verde).

A amostra de Cabo Verde tem predominância do género feminino (33,3%) em relação ao género masculino (23,6%). As pessoas não binárias são o grupo menos representado, com apenas três adolescentes (0,3%).

Geralmente, no sistema educativo cabo-verdiano, o género feminino tem predominância, especialmente no Ensino Secundário e Universitário, considerando as características sociais, económicas e culturais de Cabo Verde.

Tabela 2. Género

País	cabo Verde	Contar	Género			Total
			Fêmea	Macho	Não-binário	
			162	134	3	299
		% dentro do país	54,2%	44,8%	1,0%	100,0%
		% dentro do género	33,3%	23,6%	23,1%	28,0%
		% Do total	15,2%	12,5%	0,3%	28,0%

Em relação às idades, (*Tabela 3*), Cabo Verde tem a idade mínima de (11 anos) bem como a idade máxima de 25 anos ($M = 16,45$; $DP = 2,83$). Em média, a amostra cabo-verdiana é a mais velha.

A amostra cabo-verdiana é a mais velha, considerando que, refere-se aos estudantes do Ensino Superior.

Tabela 3. Idade Estatísticas

Idade			
cabo Verde	N	Válido	297
		Ausente	2
	Significar		16,45
	Padrão Erro de média		,166
	Padrão Desvio		2.861
	Mínimo		11
	Máximo		25

A Tabela 4 apresenta as frequências absolutas e relativas da amostra de CV e as categorias de idade dos participantes. Cabo Verde apresenta a amostra com maior número de participantes com idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos ($n = 28$; 2,6% da amostra

total). Nas idades mais jovens, CV apresenta a amostra com menor número de participantes, com 111 entrevistados até aos 15 anos (10,5%).

Tabela 4. Categorias de idade

País		Cabo Verde	
Categorias de idade	Até 15 anos	Contar	111
		% dentro das categorias etárias	27,2%
		% dentro do país	37,4%
	16 a 20 anos	% Do total	10,5%
		Contar	158
		% dentro das categorias etárias	26,8%
		% dentro do país	53,2%
		% Do total	14,9%
		21 a 25 anos	Contar
	% dentro das categorias etárias		43,1%
	% dentro do país		9,4%
	Total	% Do total	2,6%
Contar		297	
% dentro do país		100,0%	
		% Do total	28,0%

Em relação à questão sobre o seu distrito de residência (tabela 5), os participantes de CV, vieram de quatro concelhos, sendo São Vicente o que teve mais participantes (n = 294; 98,3%).

Convém referir que, relativamente ao distrito de residência, São Vicente teve mais participantes, considerando que, os questionários foram aplicados apenas nas escolas secundárias e em algumas Instituições de Ensino Superior existentes nesta ilha.

Tabela 5. Distrito/Concelho

Country		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Cabo Verde	validade	Praia (CV)	1	,3	,3
		Silencioso (CV)	2	,7	,7
		São Vicente (CV)	294	98,3	98,3
		Sal (CV)	2	,7	,7
		Total	299	100,0	100,0

Em relação aos níveis de escolaridade frequentados (tabela 6), os alunos do Ensino Médio/Secundário são os mais representados (n=138; 46,2% da sua amostra), seguido dos alunos do 3º ano/Escola Geral (n=102; 34,1 da sua amostra). Por último, os estudantes que frequentam o ensino superior (n = 59; 19,7% da sua amostra).

Os alunos do Ensino Médio/Secundário são os mais representados, considerando que, as direções das Escolas secundárias motivaram e mobilizaram mais os estudantes para o preenchimento do questionário, ou seja, estes estavam mais envolvidos no processo.

Tabela 6. Nível de escolaridade em frequência

País		Frequência	Por cento	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	3º Ano/Escola Geral	102	34,1	34,1
		Ensino Médio/Secundário	138	46,2	80,3
		Licenciatura (Primeiro Ciclo)	59	19,7	100,0
		Total	299	100,0	100,0

Analisando as idades dos participantes de acordo com os seus níveis de escolaridade no ensino (tabela 7), Cabo Verde tem a maioria dos seus alunos com idade até aos 15 anos a frequentar o 3.º ano/Escola Geral (n = 81; 27,3% da amostra), quando comparado com a amostra do Ensino Médio/Secundário (n = 30; 10,1% da amostra). Nesta amostra, a grande maioria dos participantes com idades entre os 16 e os 20 anos (n = 101; 34,0%) frequenta o Ensino Médio/Secundário; 21 (7,1%) frequentam o 3.º Ano/Escola Geral, e 36 (12,1%) frequentam a Licenciatura/Primeiro Ciclo. Dos 21 aos 25 anos, 23 alunos frequentam a Licenciatura/Primeiro Ciclo (7,7%), e apenas cinco (n=5) frequentam o Ensino Médio/Secundário (1,7%). Não há participantes inscritos no 3.º ano/Escola Geral.

Tabela 7. Categorias de idade versus nível de escolaridade em frequência

País		Categorias de idade		Nível de escolaridade no atendimento			Total
				3º Ano/Escola Geral	Ensino Médio/Secundário	Licenciatura (Primeiro Ciclo)	
Cabo Verde	Categorias de idade	Até 15 anos	Contar	81	30	0	111
			% dentro das categorias etárias	73,0%	27,0%	0,0%	100,0%
			% dentro do nível de escolaridade em frequência	79,4%	22,1%	0,0%	37,4%
			% Do total	27,3%	10,1%	0,0%	37,4%
		16 a 20 anos	Contar	21	101	36	158
			% dentro das categorias etárias	13,3%	63,9%	22,8%	100,0%
			% dentro do nível de escolaridade em frequência	20,6%	74,3%	61,0%	53,2%
			% Do total	7,1%	34,0%	12,1%	53,2%
		21 a 25 anos	Contar	0	5	23	28
			% dentro das categorias etárias	0,0%	17,9%	82,1%	100,0%
			% dentro do nível de escolaridade em frequência	0,0%	3,7%	39,0%	9,4%

	% Do total	0,0%	1,7%	7,7%	9,4%
Total	Contar	102	136	59	297
	% dentro das categorias etárias	34,3%	45,8%	19,9%	100,0%
	% dentro do nível de escolaridade em frequência	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Do total	34,3%	45,8%	19,9%	100,0%

Considerando o tipo de estabelecimento de ensino frequentado dos participantes de CV (Tabela 8), a amostra de CV é quase inteiramente composta por alunos de escolas públicas (n=226; 75,6% da sua amostra), seguido de 73 alunos na Escola de ensino particular ou cooperativo (24,4% da sua amostra).

De uma forma geral, em Cabo Verde, a maioria dos estudantes frequentam as escolas públicas, considerando as condições socio-económicas das famílias cabo-verdianas.

Tabela 8. Tipo de Estabelecimento de Ensino

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	Escola de ensino particular ou cooperativo	73	24,4	24,4
		Escola pública	226	75,6	75,6
		Total	299	100,0	100,0

Analisando o Distrito/Concelho versus Tipo de estabelecimento de ensino frequentado (Tabela 9), a ilha de São Vicente tem praticamente a totalidade dos participantes (n= 294; 98,3%), sendo 223 (74,6%) da Escola Pública e 71 (23,7%) da escola de ensino particular ou cooperativo.

Tabela 9. Distrito/Concelho por País vs. Tipo de Estabelecimento de Ensino
Distrito/Concelho * Tipo de estabelecimento de ensino

País	Distrito/Concelho	Praia (CV)	Tipo de estabelecimento de ensino		Total	
			Escola de ensino particular ou cooperativo	Escola pública		
Cabo Verde	Distrito/Concelho	Praia (CV)	Contar	1	0	1
			% dentro do distrito/condado	100,0%	0,0%	100,0%
			% dentro Tipo de estabelecimento de ensino	1,4%	0,0%	0,3%
			% Do total	0,3%	0,0%	0,3%
		Silencioso (CV)	Contar	0	2	2
			% dentro do distrito/condado	0,0%	100,0%	100,0%
			% dentro Tipo de estabelecimento de ensino	0,0%	0,9%	0,7%
			% Do total	0,0%	0,7%	0,7%
		São Vicente (CV)	Contar	71	223	294
			% dentro do distrito/condado	24,1%	75,9%	100,0%

	% dentro Tipo de estabelecimento de ensino	97,3%	98,7%	98,3%
	% Do total	23,7%	74,6%	98,3%
Sal (CV)	Contar	1	1	2
	% dentro do distrito/condado	50,0%	50,0%	100,0%
	% dentro Tipo de estabelecimento de ensino	1,4%	0,4%	0,7%
	% Do total	0,3%	0,3%	0,7%
Total	Contar	73	226	299
	% dentro do distrito/condado	24,4%	75,6%	100,0%
	% dentro Tipo de estabelecimento de ensino	100,0%	100,0%	100,0%
	% Do total	24,4%	75,6%	100,0%

Estatística Descritiva dos Itens de Competências de Literacia Financeira em Cabo Verde

A Tabela 10 fornece as estatísticas descritivas, Pontuações Médias e Desvios Padrão, dos itens da medida de Competências de Literacia Financeira considerados em Cabo Verde. A figura 1, permite compreender melhor as pontuações médias dos itens da medida de Competências de Literacia Financeira e a medida global em relação à amostra de Cabo Verde.

Tabela 10. Pontuações médias e de desvio padrão para medidas de itens de habilidades de alfabetização financeira relativamente à amostra de Cabo Verde

	Cabo Verde (n = 299)	
Habilidades de alfabetização financeira (n = 299)	Significar (M)	Desvio padrão (SD)
01. Quando minha família me dá dinheiro, penso imediatamente quanto posso economizar	3,65	1,35
02. Entendo o significado das taxas de juros	2,74	1,54
03. Prefiro guardar meu dinheiro para uma compra importante do que gastá-lo imediatamente em algo que não importa muito para mim	4,08	1,35
04. Passo muito tempo pensando em como o que faço hoje me afetará no futuro	3,86	1,33
05. Tenho conta poupança porque rende juros e economiza	2,14	1,54
06. Quando tenho dívidas, devo tentar pagá-las primeiro, a dívida menor	2,93	1,70
07. Sei a diferença entre comprar coisas que posso ou não comprar. Então, é fácil para mim optar por comprar apenas as coisas que posso pagar	4,17	1,27
08. Devo economizar dinheiro para comprar coisas que quero no futuro	3,97	1,34

09. Quando estou triste acho que fazer compras é a maneira perfeita de me animar	2,10	1,50
10. Sei exatamente quanto e onde gasto meu dinheiro porque acompanho meu dinheiro gasto	2,93	1,56
11. Quando há um período de inflação crescente, o custo de vida aumenta	2,84	1,64
12. Cartões de crédito não têm juros	2,09	1,48
13. Os bancos oferecem empréstimos para casas, carros, educação e despesas emergenciais de vida	3,28	1,67
14. Os bancos pagam juros sobre os depósitos	2,06	1,47
15. Salário bruto significa o valor que está pactuado no contrato de trabalho	2,70	1,64
16. Banco cobra juros sobre empréstimos	3,78	1,62
17. Seguro de vida significa seguro de pessoas	3,74	1,49
18. Despesa variável é algo que muda com o tempo	3,36	1,61
19. O valor total da renda pessoal após impostos e deduções é denominado lucro líquido	2,47	1,56
20. É fácil para mim parar de comprar coisas que não posso pagar	3,52	1,68
21. Suponha que tem 100,00€ numa conta poupança que rende juros de 2% ao ano. Seu dinheiro aumenta	2,86	1,60
22. Sinto responsabilidade pessoal quando gasto o dinheiro da minha família	3,33	1,66
Habilidades de alfabetização financeira global	3,12	0,67

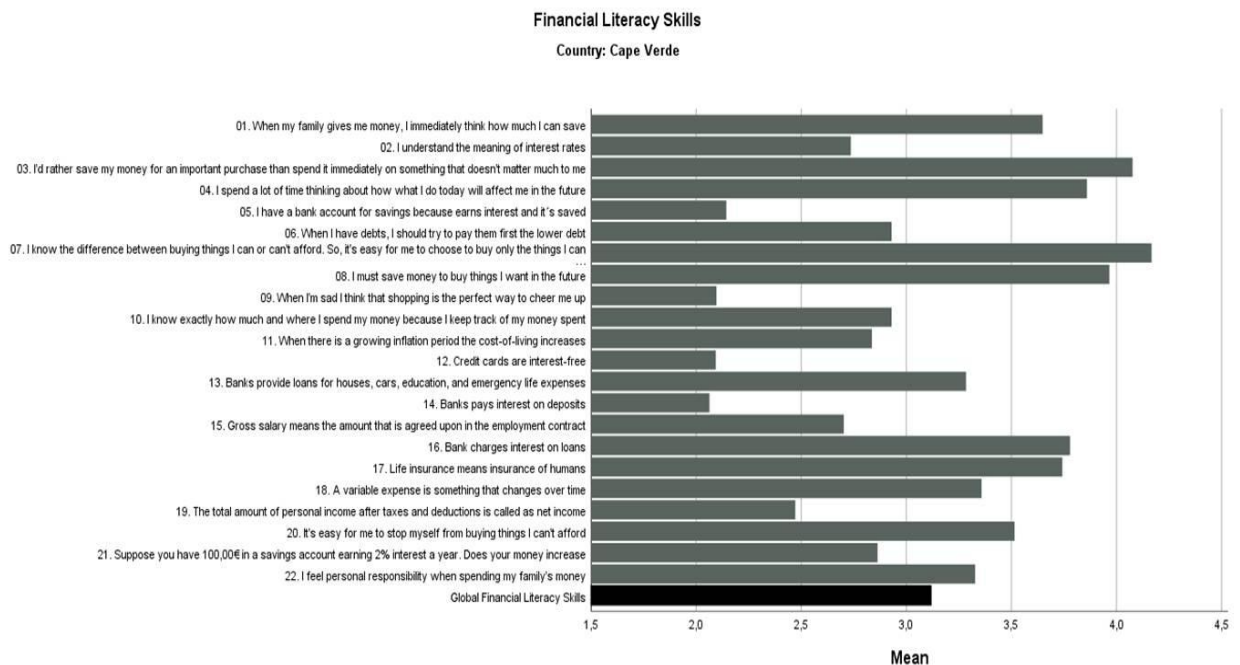


Figura 1 – Pontuações médias dos itens da medida Competências de Literacia Financeira e da medida global considerando a amostra de Cabo Verde.

Estatística descritiva da medida de competências de literacia financeira da amostra cabo-verdiana

Os resultados da tabela 11, mostram que, de uma forma geral, a amostra dos alunos de Cabo Verde apresenta, por um lado, algum conhecimento financeiro e, por outro lado, uma maior preocupação com a componente poupança e consciência financeira, considerando que, a Educação financeira, ainda não está inserida no currículo formal do sistema educativo cabo-verdiano, no entanto, convém realçar que, foi uma das recomendações defendidas no Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), elaborado pelo Banco de Cabo Verde (BCV), em 2020, visto que, o primeiro grupo prioritário identificado, para as iniciativas de Educação Financeira, foram precisamente as Escolas.

Tabela 11. Pontuações Mínima, Máxima, Média e Desvio Padrão para Medida de FLS e Fatores Constituintes Considerando a amostra de Cabo Verde

Habilidades de alfabetização financeira da amostra de Cabo Verde		Mínimo	Máximo	Significar (M)	Desvio padrão (SD)
Cabo Verde (n = 299)	F1. Conhecimento Financeiro	1,00	5,00	2,90	0,87
	F2. Poupança e consciência financeira	1,00	5,00	3,69	0,81
	Habilidades de alfabetização financeira global	1,00	5,00	3,12	0,67

Resultados do questionário da amostra dos alunos de Cabo Verde

Tabela 12
01. O que é criptomoeda

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido Uma moeda ligada ao ouro	16	5,4	5,4	5,4
	Uma moeda bíblica	11	3,7	3,7	9,0

	Uma moeda de valor fixo	21	7,0	7,0	16,1
	Uma moeda digital usando um algoritmo de criptografia	251	83,9	83,9	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

De acordo com a tabela 12, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 4 (n=251; 83,9%), o que demonstra algum conhecimento financeiro, por parte dos alunos.

Tabela 13

02. Qual é a desvantagem dos produtos de investimento de longo prazo

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido a. Você precisa de muito dinheiro para investir nesses produtos	88	29,4	29,4	29,4
	É muito difícil planejar a longo prazo	70	23,4	23,4	52,8
	Pode ser muito caro sacar meu dinheiro logo após investir	51	17,1	17,1	69,9
	Os investimentos de longo prazo são particularmente inseguros	90	30,1	30,1	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Em relação à tabela 13, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 1 (n=88; 29,4%) e a resposta 4 (n=90; 30,1%) o que demonstra alguma insegurança em relação ao conhecimento financeiro, sobre os produtos de investimento de longo prazo, por parte dos alunos.

Tabela 14

03. Quais despesas devem receber a maior prioridade

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido Economizando dinheiro	229	76,6	76,6	76,6
	Comprando uma televisão nova	12	4,0	4,0	80,6
	Comprando chocolate e flores para sua mãe	29	9,7	9,7	90,3
	Comprando um terno	29	9,7	9,7	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Na tabela 14, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 1 (n=229; 76,6%), mostrando que, possuem uma maior preocupação com a componente poupança e consciência financeira.

Tabela 15

04. O que caracteriza a utilização do cartão de débito

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido Destina-se a ser usado durante viagens	15	5,0	5,0	5,0
	O custo de uma compra é deduzido do seu saldo no mês seguinte	89	29,8	29,8	34,8
	É o mesmo que um cartão de crédito	64	21,4	21,4	56,2
	O custo de uma compra é imediatamente deduzido do seu saldo	131	43,8	43,8	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Em relação à tabela 15, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 4 (n=131; 43,8%) e a resposta 2 (n=89; 29,8%) o que demonstra algum conhecimento financeiro sobre a utilização do cartão de crédito, por parte dos alunos.

Tabela 16

05. Que tipo de seguro cobre incêndio e roubo

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido Seguro de responsabilidade civil	107	35,8	35,8	35,8
	Seguro residencial	103	34,4	34,4	70,2
	Seguro de viagem	3	1,0	1,0	71,2
	Seguro de vida	86	28,8	28,8	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Em relação à tabela 16, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 1 (n=107; 35,8%), seguido da resposta 2 (n=103; 34,4%) o que demonstra algum conhecimento sobre os tipos de seguro, por parte dos alunos.

Tabela 17**06. O que é um exemplo de despesa variável**

País			Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	Pagamento do carro	31	10,4	10,4	10,4
		Hipoteca	106	35,5	35,5	45,8
		Conta de eletricidade	162	54,2	54,2	100,0
		Total	299	100,0	100,0	

Em relação à tabela 17, a maioria dos inquiridos, seleccionou a resposta 3 (n=162; 54,2%), seguido da resposta 2 (n=106; 35,5%) o que demonstra algum conhecimento sobre as despesas variáveis, por parte dos alunos.

Tabela 18**07. O que são poupanças de emergência**

País			Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	Transferir dinheiro para suas economias antes de pagar suas contas	33	11,0	11,0	11,0
		Quantidade original de dinheiro economizado ou investido	21	7,0	7,0	18,1
		Dinheiro reservado para cobrir custos de eventos inesperados	230	76,9	76,9	95,0
		Maximizando seu retorno vendendo ações a um preço mais alto do que aquele que você pagou	15	5,0	5,0	100,0
		Total	299	100,0	100,0	

De acordo com a tabela 18, a maioria dos inquiridos, seleccionou a resposta 3 (n=230; 76,9%), o que demonstra que possuem uma maior preocupação com a componente poupança e consciência financeira.

Tabela 19**08. Quanto dinheiro você deve economizar para emergências**

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido 2 meses de despesas	57	19,1	19,1	19,1
	6 meses de despesas	90	30,1	30,1	49,2
	Ganhe dinheiro com quaisquer ações que você precise pagar em caso de emergência	139	46,5	46,5	95,7
	Peça um empréstimo a um vizinho , se necessário	13	4,3	4,3	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Relativamente à tabela 19, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 3 (n=139; 46,5%), seguido da resposta 2 (n=90; 30,1%) o que demonstra algum conhecimento financeiro por parte dos alunos.

Tabela 20**09. O que é fundo de emergência**

País		Frequência	Por cento	Porcentagem valida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido Uma forma de investir para a aposentadoria	24	8,0	8,0	8,0
	Uma conta poupança reservada para situações inesperadas	206	68,9	68,9	76,9
	Algo que a maioria das pessoas não precisa, pois as emergências são raras	42	14,0	14,0	91,0
	Uma conta de investimento que pode crescer com o tempo	27	9,0	9,0	100,0
	Total	299	100,0	100,0	

Relativamente à tabela 20, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 2 (n=206; 69,9%), o que demonstra algum conhecimento financeiro por parte dos alunos. No entanto, 42 inquiridos (14,0%), selecionaram a resposta 3, demonstrando uma certa falta de conhecimento e consciência financeira.

Tabela 21**10. Quando você paga um empréstimo bancário**

País			Frequência	Por cento	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	Você só paga os juros	75	25,1	25,1	25,1
		Você paga apenas uma parte capital	27	9,0	9,0	34,1
		Você paga juros e uma parte do capital	186	62,2	62,2	96,3
		Você não precisa pagar empréstimos	11	3,7	3,7	100,0
		Total	299	100,0	100,0	

Relativamente à tabela 21, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 3 (n=186; 62,2%), seguido da resposta 1 (n=75; 25,1%), o que demonstra algum conhecimento financeiro por parte dos alunos.

Tabela 22**11. Investir em bitcoins é sempre arriscado, exceto quando**

País			Frequência	Por cento	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Cabo Verde	Válido	Você tem muito dinheiro	61	20,4	20,4	20,4
		Você ganhou dinheiro com bitcoins	66	22,1	22,1	42,5
		Quando a economia está crescendo	79	26,4	26,4	68,9
		Nenhuma das respostas está correta	93	31,1	31,1	100,0
		Total	299	100,0	100,0	

Em relação à tabela 22, a maioria dos inquiridos, selecionou a resposta 4 (n=93; 31,1%), seguido da resposta 3 (n=79; 26,4%), o que demonstra algum conhecimento financeiro por parte dos alunos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo científico é por um lado, analisar e apresentar uma visão geral da revisão da literatura sobre a importância da literacia financeira na realidade de Cabo Verde, e por outro lado, apresentar uma breve análise dos resultados do questionário aplicado a jovens/estudantes cabo-verdianos, sobre o nível de literacia financeira dos mesmos em Cabo Verde (com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos), nas Escolas Secundárias e em algumas instituições do Ensino Superior existentes na ilha de São Vicente.

Na análise dos dados dos questionários aplicados aos referidos estudantes, os resultados indicam que, os alunos investigados, de uma forma geral, apresentam, por um lado, algum conhecimento financeiro e, por outro lado, uma maior preocupação com a componente poupança e consciência financeira, o que nos leva a concluir que, é fundamental e urgente a inclusão da Educação Financeira no currículo formal do Sistema educativo em Cabo Verde, desde o Ensino Básico ao Ensino Secundário.

Por outro lado, tendo em conta as características sociais, económicas e culturais do contexto atual, torna-se essencial, um debate aberto a nível nacional sobre esta temática, com o envolvimento e participação das entidades responsáveis pelas políticas educativa, económica e financeira em Cabo Verde, no sentido de inserir a educação financeira no currículo formal do sistema educativo, desde o ensino básico ao ensino secundário. Convém realçar que, foi uma das recomendações defendidas no Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), elaborado pelo Banco de Cabo Verde (BCV), em 2020, visto que, o primeiro grupo prioritário identificado, para as iniciativas de Educação Financeira, foram precisamente as Escolas.

Considerando que, os resultados apresentados no Relatório final do Banco de Cabo Verde, em 2016, sobre o 1º inquérito que foi realizado em Cabo Verde, à Literacia Financeira da população adulta ativa em Cabo Verde, ficaram abaixo de esperado em relação a esta parte da população, pois, o referido Relatório, refere que, “cerca de metade dos inquiridos tem uma compreensão financeira aquém das expectativas, o que se poderá traduzir num conhecimento financeiro insuficiente para a toma de decisão numa forma consciente” (2016, p. 24). Por outro lado, em relação ao nível de endividamento e crédito

malparado, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Cabo Verde (2018), o crédito às empresas não financeiras e aos particulares junto do setor bancário registou um aumento na ordem de 2,6% em 2018 face ao ano anterior (4,3% em 2017), fixando-se em 62,3% do PIB (menos 2,5 e 2,6 pontos percentuais que, respetivamente, em 2017 e face à média dos últimos cinco anos).

Neste sentido, nos referidos relatórios, deixa-se bem claro que é necessário um investimento sério na Educação/Literacia Financeira na população cabo-verdiana. No entanto, diagnósticos científicos indicam que, qualquer investimento sério na Educação/Literacia financeira exige recursos, tempo e uma estratégia pedagógica apropriada.

Tendo em conta as características da globalização e do impacto das tecnologias da informação e Comunicação (TIC) no contexto atual, é essencial um investimento sério a nível da Educação/Literacia financeira e da Economia comportamental, que deve ser aplicada como valor para o presente com o objetivo de servir de referência para as gerações futuras.

Neste contexto, concordamos com as afirmações de Duarte (2018:11), “No contexto atual, cada vez mais a literacia financeira tem-se vindo a tornar num tema de especial importância. Os mercados financeiros são cada vez mais vastos, complexos e em constante mudança, sendo necessário possuir um razoável nível de literacia financeira para conseguir avaliar e selecionar as opções que melhor satisfaçam as suas necessidades.”

Referências Bibliográficas

-CARDOSO, Barbara (2022). A importância da educação financeira no âmbito escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 01, pp. 75-87. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-da-educacao-financeira>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-da-educacao-financeira. Consultado a 12/06/24.

-Duarte, L.S.M. (2018). *A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17579>

-DOMINGOS, Reinaldo (2022). Educação financeira uma ciência comportamental. *Recim21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, v.3, n.4, p.e341217-e341217. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1217>. Consultado a 11/06/24.

-KISTEMANN JR, Marco Aurélio; XISTO, Luiz Paulo (2022). Educação Financeira com estudantes do 2º ano do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Irupi-ES. *Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática*, v. 24, n. 1, p. 41-69. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2022v24i1p41-69> Consultado a 12/06/2024

-KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSDEN, Peter Van. (2015). *Financial literacy around the world: insights from the standard & poor's rating services global financial literacy survey*. Disponível em: https://gflec.org/wpcontent/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x63881. Consultado a 10/06/24.

- LUSARDI, Annamaria (2017). *The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Financial literacy and ignorance: what do people actually know about personal finance? not much, it seems*. Washington, DC, USA: Blogspot. Disponível em: www.annalusardi.blogspot.com/2017 Consultado a 10/06/24.

-OCDE (2005). *Recommendation on Principles and Good Practices for financial Education and Awareness Recommendation of the council*. Disponível no <http://www.oecd/dataoecd/7/17/35108560.pdf>. Consultado a 11 de maio de 2024.

-OECD (2006). *The importance of Financial Education. Policy Brief*. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>. Consultado a 11 de maio de 2024.

-Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico–OCDE (2005). *Assessoria de Comunicação Social. OECD's Financial Education Project*. OCDE, Disponível em: <http://www.oecd.org/> Consultado a 17 de maio de 2024

-ORTON, L. (2007). *Financial literacy: Lessons from international experience*. Canada: Canadian Policy Research Networks Inc.

-PINHEIRO, R. P. (2008). *Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão*. São Paulo: Peixoto Neto.

-PREGARDIER, A. P. M. (2015). *Educação financeira: jogos para sala de aula: uma abordagem lúdico-vivencial de formação de hábitos*. Porto Alegre: AGE.

-SOARES, M. (2016). *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.

Documentos consultados

-Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://ods.pt/> Consultado a 12/05/24

-Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://dashboards.sdgindex.org/profiles/cabo-verde> Consultado a 12/05/24

-Banco de Cabo Verde (2016). 1º Inquérito à Literacia Financeira da População Adulta Activa Cabo Verde - Relatório Final. Disponível em: <https://www.bcv.cv/en/O%20Banco/Sala%20de%20Imprensa/Arquivo/Documents/2016/Relat%C3%B3rio%20Inqu%C3%A9rito%20sobre%20o%20nivel%20de%20literacia%20financeira.pdf> Consultado a 14/05/24

-Banco de Cabo Verde (2020). Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF). Disponível em: https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2020/Out%202020/Plano%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%28PNEF%29_BCV_19.10.2020.pdf Consultado a 16/05/24

-Financial Literacy Skills (2024). Preliminary Results. Finances 4Youth

-Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei n.º 2/2010, de 7 de maio). Disponível em: <https://www.ares.cv/assets/documentos/enquadramento/Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20Educativo.pdf> Consultado a 18/05/24

-Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Legislativo n.º 13/2018, de 7 de dezembro). Disponível em: https://minedu.gov.cv/media/orientacao/2020/10/06/Decreto-legislativo_n%C2%BA_13_2018_LBSE.pdf Consultado a 18/05/24

-Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II). Disponível em: <https://peds.gov.cv/caboverde4dev/apresentacao-e-discussao-do-plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2022-2026-ii/> Consultado a 20/05/24

-Programa do Governo da Xª Legislatura 2021-2026. Disponível em: <https://www.governo.cv/documentos/programa-do-viii-governo-constitucional-da-ii-republica/> Consultado a 20/05/24

-Relatório de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Report, 2023). Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorio-anual-2023>. Consultado a 21/05/24